



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

MANHÃ

JUIZ LEIGO

PROVA OBJETIVA SELETIVA – NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Estudo revela novo alvo para busca de terapias contra doença de Parkinson [fragmento]

Experimentos com camundongos feitos na USP mostraram que a micróglia, um tipo de célula imunológica presente no sistema nervoso central, ajuda a limitar a perda de neurônios

Agência Fapesp

Estudo conduzido no Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB-USP) revelou um possível mecanismo protetor contra a doença de Parkinson.

Em camundongos, foi observado que a micróglia, um tipo de célula imunológica do sistema nervoso que compõe a chamada glia – conjunto diversificado de células que dá suporte ao funcionamento dos neurônios – pode limitar a perda de capacidade motora e a morte neuronal.

Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxidopamina, uma toxina indutora de sintomas semelhantes aos da doença de Parkinson, aplicada diretamente no cérebro. Antes, metade dos animais teve as micróglia praticamente eliminadas por uma substância, chamada PLX5622. O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores.

"Esses resultados sugerem um possível alvo para o tratamento da doença no futuro, quando descobirmos mecanismos capazes de ativar a micróglia de maneira benéfica", disse a doutoranda Carolina Parga à assessoria de imprensa do ICB-USP. Ela é primeira autora de um artigo publicado no Journal of Neuroimmunology.

[...]

A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto anteriormente sobre essas células. Até então acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fármacos, os sintomas do Parkinson eram mitigados.

"A hipótese mais provável para explicar essa diferença nos resultados é a atuação dos dois fenótipos da micróglia, algo já identificado anteriormente na literatura científica. Uma característica, a positiva, que protege contra a perda neuronal, talvez se manifeste no início da doença, e a outra característica, a negativa, que impulsiona essa perda neuronal, vai predominando à medida que a doença vai evoluindo; o mesmo pode ocorrer em outras doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e algumas formas de epilepsia", detalha Luiz Roberto Giorgetti de Britto, coordenador do estudo pelo Laboratório de Neurobiologia Celular do ICB. [...]

"Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para assim chegarmos a soluções terapêuticas. Pois trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que em geral se dá só após a manifestação de sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos", complementa.

MUDANÇAS GENÉTICAS

No estudo também foram identificados dois genes que podem estar relacionados à doença de Parkinson. Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que as micróglia foram eliminadas.

"São dois genes relacionados à transmissão por dopamina [substância que influencia nossas emoções, aprendizado e locomoção, além de outras funções] entre alguns grupos de neurônios do sistema nervoso, o que sugere que a micróglia pode ser responsável pela modulação da expressão de genes que atuam nesses processos. Isso ajuda a explicar como a sua ausência resulta na perda de neurônios, o que causa a diminuição de dopamina, o fator responsável pelas alterações motoras", aponta Parga.

Esse conhecimento é promissor principalmente para a pequena parcela de casos de Parkinson e Alzheimer que tem causas genéticas, um total de 5% a 7% dos diagnósticos. "Conhecendo melhor o comportamento desses genes talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença, além de propor terapias que consistem na manipulação deles", afirma Britto.

O Laboratório de Neurobiologia Celular agora se aprofunda nos resultados obtidos e nas hipóteses levantadas e também estuda as possíveis implicações da micróglia em modelos animais da doença de Alzheimer.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/06/estudo-revela-novo-alvo-para-a-busca-de-terapias-contr-a-doenca-de-parkinson.shtml>

1

"A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto anteriormente sobre essas células." (Texto 1, 5º parágrafo)

Depreende-se do texto 1 que a contradição mencionada na passagem acima:

- (A) revela um erro experimental;
- (B) encoraja o desenvolvimento de novas pesquisas;
- (C) impulsiona a perda neuronal;
- (D) evidencia uma imprecisão metodológica;
- (E) mitiga os sintomas da doença.

2

Ao longo do texto 1, é possível reconhecer movimentos retóricos próprios dos artigos científicos, dentre os quais: apresentação da metodologia da pesquisa; apresentação dos resultados da pesquisa; discussão dos resultados da pesquisa; exposição da relevância da pesquisa; e apresentação dos desdobramentos futuros da pesquisa.

A alternativa que associa corretamente um ou mais parágrafos do texto 1 a um desses movimentos retóricos é:

- (A) parágrafo 1: apresentação da metodologia da pesquisa;
- (B) parágrafo 2: apresentação dos desdobramentos futuros da pesquisa;
- (C) parágrafo 3: exposição da relevância da pesquisa;
- (D) parágrafos 5 e 6: discussão dos resultados da pesquisa;
- (E) parágrafos 10 e 11: apresentação dos resultados da pesquisa.

3

O texto 1 pertence ao gênero textual notícia de divulgação científica.

Um reflexo formal desse fato na superfície do texto 1 é a recorrência de:

- (A) orações subordinadas substantivas, como em “O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas [...]”;
- (B) pronomes relativos, como em “Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxidopamina [...]”;
- (C) sujeitos pospostos ao verbo, como em “[...] disse a doutoranda Carolina Parga à assessoria de imprensa do ICB-USP”;
- (D) apostos explicativos, como em “São dois genes relacionados à transmissão por dopamina [substância que influencia nossas emoções, aprendizado e locomoção, além de outras funções] [...]”;
- (E) verbos flexionados no gerúndio, como em “[...] mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos”.

4

Em virtude do ideal de objetividade associado à ciência, textos científicos demonstram preferência por estruturas sintáticas que permitem evitar a 1ª pessoa gramatical. O texto 1, embora pertença a um gênero jornalístico, aproxima-se do discurso científico ao empregar reiteradamente algumas dessas estruturas.

Uma das evidências dessa aproximação é a recorrência, no texto 1, de orações:

- (A) com infinitivo flexionado, como em “para assim chegarmos a soluções terapêuticas”;
- (B) na voz passiva, como em “Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxidopamina [...]”;
- (C) com valor de finalidade, como em “A hipótese mais provável para explicar essa diferença nos resultados [...]”;
- (D) em ordem inversa, como em “Em camundongos, foi observado que a micróglia [...] pode limitar a perda de capacidade motora e a morte neuronal”;
- (E) com locuções de tempo composto, como em “A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área havam visto anteriormente sobre essas células”.

5

A ciência lida com o desconhecido. Por isso, o discurso científico frequentemente contém marcas de atenuação do grau de certeza do enunciador.

A única alternativa em que a palavra sublinhada NÃO desempenha essa função é:

- (A) “Antes, metade dos animais teve as micróglia praticamente eliminadas por uma substância, chamada PLX5622.” (Texto 1, 3º parágrafo);
- (B) “[...] o mesmo pode ocorrer em outras doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e algumas formas de epilepsia” (Texto 1, 6º parágrafo);
- (C) “[...] o que sugere que a micróglia pode ser responsável pela modulação da expressão de genes que atuam nesses processos” (Texto 1, 9º parágrafo);
- (D) “Conhecendo melhor o comportamento desses genes talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença [...]” (Texto 1, 10º parágrafo);
- (E) “e também estuda as possíveis implicações da micróglia em modelos animais da doença de Alzheimer” (Texto 1, 11º parágrafo).

6

No discurso científico, é comum o emprego do chamado presente atemporal. Nesse tipo de uso, um verbo flexionado no presente expressa um fato que é apresentado como válido em qualquer tempo (e não apenas no tempo presente, passado ou futuro).

O único caso em que NÃO se verifica o emprego do presente atemporal é:

- (A) “a micróglia, um tipo de célula imunológica presente no sistema nervoso central, ajuda a limitar a perda de neurônios” (Texto 1, Intertítulo);
- (B) “um tipo de célula imunológica do sistema nervoso que compõe a chamada glia” (Texto 1, 2º parágrafo);
- (C) “Uma característica, a positiva, que protege contra a perda neuronal, talvez se manifeste no início da doença” (Texto 1, 6º parágrafo);
- (D) “Pois trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico” (Texto 1, 7º parágrafo);
- (E) “O Laboratório de Neurobiologia Celular agora se aprofunda nos resultados obtidos e nas hipóteses levantadas” (Texto 1, 11º parágrafo).

7

Tanto o discurso científico quanto o discurso jornalístico são tipicamente associados ao emprego de uma linguagem predominantemente conotativa. Apesar disso, é possível identificar, no texto 1, várias palavras que foram usadas em sentido figurado.

A única alternativa em que a palavra sublinhada NÃO foi empregada em sentido figurado é:

- (A) "O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores.";
- (B) "Uma característica, a positiva, que protege contra a perda neuronal, talvez se manifeste no início da doença, e a outra característica, a negativa, que impulsiona essa perda neuronal";
- (C) "Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para assim chegarmos a soluções terapêuticas. [...]";
- (D) "O Laboratório de Neurobiologia Celular agora se aprofunda nos resultados obtidos e nas hipóteses levantadas e também estuda as possíveis implicações da micróglia em modelos animais da doença de Alzheimer.";
- (E) "O Laboratório de Neurobiologia Celular agora se aprofunda nos resultados obtidos e nas hipóteses levantadas e também estuda as possíveis implicações da micróglia em modelos animais da doença de Alzheimer".

8

"Em camundongos, foi observado que a micróglia, um tipo de célula imunológica do sistema nervoso que compõe a chamada glia"

Nessa passagem, o emprego da palavra "chamada" sinaliza que o termo subsequente:

- (A) deve ser interpretado ironicamente;
- (B) integra um jargão especializado;
- (C) assume valor conotativo;
- (D) tem origem estrangeira;
- (E) sofreu adaptações ortográficas.

9

"Esse conhecimento é promissor principalmente para a pequena parcela de casos de Parkinson e Alzheimer que tem causas genéticas, um total de 5% a 7% dos diagnósticos." (Texto 1, 10º parágrafo)

Na passagem acima, o pronome relativo é empregado para retomar o substantivo:

- (A) conhecimento;
- (B) promissor;
- (C) parcela;
- (D) casos;
- (E) Parkinson.

10

"Esses resultados sugerem um possível alvo para o tratamento da doença no futuro, quando descobirmos mecanismos capazes de ativar a micróglia de maneira benéfica" (Texto 1, 4º parágrafo)

"Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para assim chegarmos a soluções terapêuticas." (Texto 1, 7º parágrafo)

No contexto das passagens acima, as palavras que melhor poderiam substituir os adjetivos sublinhados, preservando o significado original, são, respectivamente:

- (A) eventual e insistentes;
- (B) iminente e asseverativas;
- (C) crível e declarativas;
- (D) exequível e sutis;
- (E) potencial e categóricas.

11

"Conhecendo melhor o comportamento desses genes talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença [...]" (Texto 1, 10º parágrafo)

Embora as orações presentes na passagem acima não estejam ligadas por meio de um conector, é possível constatar que a oração sublinhada veicula, em relação à oração seguinte, ideia de:

- (A) finalidade;
- (B) contraste;
- (C) consequência;
- (D) condição;
- (E) alternância.

12

"Em camundongos, foi observado que a micróglia, um tipo de célula imunológica do sistema nervoso que compõe a chamada glia – conjunto diversificado de células que dá suporte ao funcionamento dos neurônios – pode limitar a perda de capacidade motora e a morte neuronal." (Texto 1, 2º parágrafo)

Na passagem acima, os travessões são usados para isolar um aposto explicativo. Uma passagem em que uma ou mais vírgulas são usadas para o mesmo fim é:

- (A) "Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxi-dopamina, uma toxina indutora de sintomas semelhantes aos da doença de Parkinson, aplicada diretamente no cérebro." (Texto 1, 3º parágrafo);
- (B) "Antes, metade dos animais teve as micróglias praticamente eliminadas por uma substância [...]" (Texto 1, 3º parágrafo);
- (C) "'Esses resultados sugerem um possível alvo para o tratamento da doença no futuro, quando descobirmos mecanismos capazes de ativar a micróglia de maneira benéfica', disse a doutoranda Carolina Parga à assessoria de imprensa do ICB-USP." (Texto 1, 4º parágrafo);
- (D) "Até então acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fármacos, os sintomas do Parkinson eram mitigados." (Texto 1, 5º parágrafo);
- (E) "São dois genes relacionados à transmissão por dopamina [substância que influencia nossas emoções, aprendizado e locomoção [...]" (Texto 1, 9º parágrafo).

13

Em cada uma das alternativas abaixo, uma passagem do texto 1 foi reescrita com o acréscimo de uma ou mais vírgulas. O único caso em que esse acréscimo produziu incoerência textual é:

- (A) "O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores." > O grupo, que manteve essas células, registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores.
- (B) "A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto anteriormente sobre essas células." > A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto, anteriormente, sobre essas células.
- (C) "Até então acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fármacos, os sintomas do Parkinson eram mitigados." > Até então, acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fármacos, os sintomas do Parkinson eram mitigados.
- (D) "No estudo também foram identificados dois genes que podem estar relacionados à doença de Parkinson." > No estudo, também foram identificados dois genes que podem estar relacionados à doença de Parkinson.
- (E) "Conhecendo melhor o comportamento desses genes talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença [...]" > Conhecendo melhor o comportamento desses genes, talvez possamos, no futuro, antecipar o diagnóstico da doença.

14

Todas as alternativas abaixo apresentam a mesma estrutura: à esquerda, vê-se uma passagem transcrita do texto 1; à direita, apresenta-se uma proposta de reescritura dessa mesma passagem.

A única alternativa em que essa proposta de reescritura NÃO produz alteração obrigatória no significado é:

- (A) "Estudo conduzido no Instituto de Ciências Biomédicas [...] revelou um possível mecanismo protetor contra a doença de Parkinson." > Estudo conduzido no Instituto de Ciências Biomédicas [...] revelou um mecanismo protetor possível contra a doença de Parkinson.
- (B) "O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado aos demais roedores." > O grupo que, quando comparado aos demais roedores, manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento.
- (C) "A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área haviam visto anteriormente sobre essas células." > A descoberta contradiz o que os próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área viram anteriormente sobre essas células.
- (D) "No estudo também foram identificados dois genes que podem estar relacionados à doença de Parkinson." > No estudo foram identificados dois genes que podem estar relacionados também à doença de Parkinson.
- (E) "Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que as micróglia foram eliminadas." > Esses genes apresentavam menor expressão nos grupos em que apenas as micróglia foram eliminadas.

15

"Estudo revela novo alvo para busca de terapias contra doença de Parkinson" (Texto 1, Título)

No título do texto 1, a preposição "de" introduz um complemento nominal.

Em todas as alternativas abaixo, está sublinhado um termo introduzido pela preposição "de".

O único caso em que esse termo NÃO funciona como complemento nominal é:

- (A) "[...] pode limitar a perda de capacidade motora e a morte neuronal";
- (B) "uma toxina indutora de sintomas semelhantes aos da doença de Parkinson";
- (C) "[...] o que sugere que a micróglia pode ser responsável pela modulação da expressão de genes";
- (D) "[...] um tipo de célula imunológica do sistema nervoso";
- (E) "[...] além de propor terapias que consistem na manipulação deles".

16

"Até então acreditava-se o contrário, pois, quando elas eram bloqueadas por fármacos, os sintomas do Parkinson eram mitigados." (Texto 1, 5º parágrafo)

A frase em que a partícula "se" serve à mesma função comunicativa do "se" presente na passagem acima é:

- (A) Dentre os presentes, cerca de 20% se animaram com o plano descrito pelo anfitrião.
- (B) Você não vai se arrepender de ter tentado.
- (C) Desta vez, eles se viram muito rapidamente.
- (D) Depois que Marcelo se acabou de chorar é que eu entendi o tamanho do problema.
- (E) Aqui, sempre se procede a uma fiscalização rigorosa no início da semana.

17

Todas as alternativas abaixo são reescrituras de alguma passagem do texto 1. O único caso em que NÃO se verifica erro relativo ao emprego do acento grave é:

- (A) Todos os testes foram conduzidos em animais que receberam 6-hidroxi-dopamina, uma toxina indutora de manifestações semelhantes as da doença de Parkinson;
- (B) O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento quando comparado as demais cobaias;
- (C) "Esses resultados sugerem um possível alvo para o tratamento da doença no futuro", disse a doutoranda Carolina Parga à esta assessoria de imprensa;
- (D) A descoberta constitui uma contradição em relação a observações feitas anteriormente pelos próprios pesquisadores do ICB e outros estudiosos da área;
- (E) Outra característica, a negativa, que impulsiona essa perda neuronal, vai predominando a proporção que a doença vai evoluindo.

18

“Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que as micróglia foram eliminadas.” (Texto 1, 8º parágrafo)

A única reescritura da passagem acima em que se verifica desvio em relação à norma padrão é:

- (A) Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que havia menos micróglia.
- (B) Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que se eliminou as micróglia.
- (C) Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos cujos animais tinham menos micróglia.
- (D) Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos nos quais as micróglia foram eliminadas.
- (E) Esses genes apresentavam menor expressão apenas nos grupos em que se procedeu à eliminação das micróglia.

19

“O grupo que manteve essas células registrou perdas menos significativas de neurônios e de movimento [...]” (Texto 1, 3º parágrafo)

Dentre as alternativas a seguir, a única em que a conversão da oração sublinhada para a voz passiva NÃO acarreta desvio em relação à norma padrão é:

- (A) O grupo no qual essas células foram mantidas registrou menos perdas significativas de neurônios e de movimento.
- (B) O grupo em que essas células havia sido mantidas registrou menos perdas significativas de neurônios e de movimento.
- (C) O grupo em que essas células se manteram registrou menos perdas significativas de neurônios e de movimento.
- (D) O grupo em que mantiveram-se essas células registrou menos perdas significativas de neurônios e de movimento.
- (E) O grupo que essas células foram mantidas registrou menos perdas significativas de neurônios e de movimento.

20

“Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para assim chegarmos a soluções terapêuticas. Pois trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que em geral se dá só após a manifestação de sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos” (Texto 1, 7º parágrafo)

A única reescritura da passagem acima que NÃO produz mudança substancial de significado nem desvio em relação à norma padrão é:

- (A) Isso reafirma a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para que assim cheguemos a soluções terapêuticas. Pois trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que em geral só ocorre depois que se manifesta os sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos.
- (B) Isso confirma a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, sendo que chegaremos dessa maneira, a soluções terapêuticas. Afinal, trata-se de doenças, que durante décadas antes do diagnóstico podem estar ativas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos.
- (C) Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, para que, assim, cheguemos a soluções terapêuticas. Afinal, trata-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico – que, em geral, se dá só após a manifestação de sintomas – mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos.
- (D) Isso corrobora a importância de que se desenvolva formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, à medida que chegemos a soluções terapêuticas. Pois tratam-se de doenças que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que em geral se dá só após a manifestação de sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos.
- (E) Isso reforça a importância de desenvolvermos formas de diagnósticos mais assertivas para as doenças neurodegenerativas, afim de que assim cheguemos a soluções terapêuticas. Pois trata-se de doenças, que podem estar ativas durante décadas antes do diagnóstico, que se dá em geral, só após a manifestação de sintomas, mas sendo mitigadas pela micróglia e outros mecanismos.

Juizados Especiais

21

Fulgêncio e Margarida ajuizaram demanda no Juizado Especial Cível. Pleiteavam obter a transferência da linha telefônica do primeiro autor e a condenação por danos morais, para cada qual no valor de 25 salários mínimos. A sentença acolheu integralmente os pedidos.

Ocorre que, na execução do julgado, os valores alçaram 100 salários mínimos, observados os juros, a correção monetária e as astreintes, àquela altura no valor de 41 salários mínimos, depois de dois anos de descumprimento da obrigação de fazer imposta em favor de Fulgêncio.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) como o valor da causa, desde o início, alçava 50 salários mínimos, o Juizado Especial Cível não era competente para seu processamento e julgamento, sobretudo porque, em hipóteses como a dos autos, de litisconsórcio facultativo, a alçada deve ser aferida pelo total e não individualmente;
- (B) a princípio, o Juizado Especial Cível era competente para processar e julgar a causa, ainda que se trate de litisconsórcio facultativo, porque, também nesse caso, a alçada deve ser computada individualmente; no entanto, para a execução dos valores devidos, como foi ultrapassado o teto de 40 salários mínimos, a incompetência absoluta deve ser reconhecida;
- (C) a princípio, o Juizado Especial Cível era competente para processar e julgar a causa, ainda que se trate de litisconsórcio facultativo, porque, também nesse caso, a alçada deve ser computada individualmente; no entanto, para a execução dos valores devidos, os autores terão que renunciar ao que sobejar a 40 salários mínimos, contados individualmente;
- (D) a princípio, o Juizado Especial Cível era competente para processar e julgar a causa, ainda que se trate de litisconsórcio facultativo, porque, também nesse caso, a alçada deve ser computada individualmente; em relação ao cumprimento de sentença, os juros e a correção monetária não influem na aferição da competência, mas, para a execução da multa, os autores terão que renunciar ao que sobejar a 40 salários mínimos;
- (E) a princípio, o Juizado Especial Cível era competente para processar e julgar a causa, ainda que se trate de litisconsórcio facultativo, porque, também nesse caso, a alçada deve ser computada individualmente; igualmente para a execução dos valores, o juizado é competente, ainda que o acréscimo de juros, correção monetária e astreintes, desde que arbitradas com razoabilidade, elevem a dívida para além de 40 salários mínimos.

22

À luz dos enunciados do Fonaje, são aplicáveis, aos Juizados Especiais Cíveis, as seguintes normas do processo civil no procedimento comum:

- (A) a intimação por diário oficial do réu revel sem patrono constituído nos autos;
- (B) a intimação para recolhimento, em dobro, do preparo recursal faltante, antes de se decretar a deserção;
- (C) a necessidade de se precisar o valor postulado a título de danos morais;
- (D) a multa de 10% sobre o valor do débito em caso de inércia do devedor após intimação em cumprimento de sentença;
- (E) o procedimento de tutela antecipada antecedente, quando a urgência for contemporânea à propositura da demanda.

23

João, menor de idade devidamente representado, acionou, no Juizado Especial da Fazenda Pública, o Município de Salvador, em litisconsórcio facultativo com um hospital privado no qual se encontrava. Aduz que seu plano de saúde apenas cobre as primeiras doze horas de internação, razão pela qual pugna pela transferência à UTI pública. Pede, ainda, o custeio de todo seu tratamento, inclusive em sede de tutela antecipada. Atribuiu à causa o valor de 60 salários mínimos.

Em contestação, o Município sustenta as seguintes preliminares:

- i) impossibilidade de o incapaz ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública;
- ii) a necessidade de prova técnica, para avaliação da necessidade do tratamento, ainda que de pequena complexidade, afasta a competência dos juizados fazendários;
- iii) o valor do tratamento ultrapassa, pelo tempo estimado de internação, 60 salários mínimos; e
- iv) a inviabilidade de litisconsórcio facultativo com pessoa jurídica de direito privado, não prevista no rol do Art. 5º, II, da Lei nº 12.153/2009.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) nenhuma preliminar deve ser acolhida;
- (B) todas as preliminares devem ser acolhidas;
- (C) as preliminares i, ii e iv devem ser acolhidas;
- (D) as preliminares i e iii devem ser acolhidas;
- (E) as preliminares iii e iv devem ser acolhidas.

24

O juiz leigo Joubert elaborou projeto de sentença que foi homologado pelo juiz togado Armando. Sobrevieram embargos de declaração contra essa sentença.

Esses embargos declaratórios deverão ser julgados pelo:

- (A) juiz Armando, vinculado;
- (B) juiz leigo Joubert, que elaborou o projeto de sentença, vinculado;
- (C) juiz Armando, vinculado, após formulação de projeto de sentença pelo juiz leigo Joubert;
- (D) juiz Armando ou pelo juiz togado em exercício quando os autos vierem conclusos, porque não há vinculação;
- (E) juiz leigo Joubert, que elaborou o projeto de sentença, ou pelo juiz leigo em exercício quando os autos vierem conclusos, porque não há vinculação.

25

É cabível nos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- (A) agravo de instrumento contra as decisões proferidas na fase executória;
- (B) ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público para postular medicamento a menor de idade determinado;
- (C) ação anulatória de demissão de servidor do Tribunal de Justiça da Bahia;
- (D) mandado de segurança para emissão de diploma escolar;
- (E) cumprimento individual de sentença coletiva, em valor inferior a 60 salários mínimos, relativa a demanda ajuizada pela associação dos servidores para implemento de gratificação.

26

Sobre o mandado de segurança no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- (A) deve ser sempre dirigido às Turmas Recursais, inclusive para controle de competência, sendo certo que, da decisão proferida, caberá recurso extraordinário;
- (B) deve ser sempre dirigido às Turmas Recursais, inclusive para controle de competência, mas, da decisão proferida, não caberá recurso extraordinário;
- (C) deve ser sempre dirigido ao Tribunal de Justiça, inclusive para controle de competência;
- (D) é dirigido às Turmas Recursais quando visar ao controle de competência, cabendo recurso extraordinário da decisão proferida, e ao Tribunal de Justiça nas demais hipóteses;
- (E) é dirigido ao Tribunal de Justiça quando visar ao controle de competência e às Turmas Recursais nas demais hipóteses, sem que caiba recurso extraordinário da decisão.

27

Taís é juíza leiga em um Juizado Especial Cível. Em audiência, o autor pede, justificadamente, a desistência do feito.

O réu, pessoa jurídica de grande porte, se opõe à desistência, porque estima que tem grandes chances de êxito. Frisa, de todo modo, que ainda penderia seu pedido contraposto.

Nesse caso, à luz dos enunciados do Fonaje, Taís, ao elaborar o projeto de sentença, deve:

- (A) negar a desistência em face da oposição do réu e proceder ao julgamento dos pedidos principal e contraposto;
- (B) admitir a desistência e julgar prejudicado o pedido contraposto, tudo a despeito da manifestação do réu;
- (C) registrar que a desistência só era possível até a instauração da audiência e proceder ao julgamento dos pedidos principal e contraposto;
- (D) admitir a desistência e, de todo modo, proceder ao julgamento do pedido contraposto, considerando a manifestação de interesse do réu em audiência;
- (E) admitir a desistência e julgar extinto, sem resolução do mérito, o pedido contraposto formulado por pessoa jurídica, sob o fundamento de que é inadmissível uma pessoa jurídica figurar como autora de pedido contraposto.

28

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Tício, pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, caso Tício não seja encontrado para ser citado, o juiz:

- (A) suspenderá o processo até que o acusado seja localizado, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;
- (B) extinguirá o processo sem resolução do mérito, em razão da incompatibilidade da citação por edital com o procedimento do Juizado Especial Criminal;
- (C) determinará que o Ministério Público diligencie novos endereços, antes de determinar a citação por edital;
- (D) encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei;
- (E) determinará a citação por hora certa.

29

Petrônio praticou infração penal de menor potencial ofensivo em detrimento de Joana, sendo certo que autor e vítima foram encaminhados à presença da autoridade policial.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) se Petrônio, após a lavratura do inquérito policial, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- (B) se Petrônio, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer no prazo de 24 horas, não se imporá prisão em flagrante nem se exigirá fiança;
- (C) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará no prazo de 24 horas ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- (D) a autoridade policial lavrará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana;
- (E) a autoridade policial lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com Petrônio e Joana.

30

João é investigado pela suposta prática de infração penal de menor potencial ofensivo.

Ao tomar ciência dos fatos e, em se tratando de crime perseguível mediante ação penal pública incondicionada, o Ministério Público ofereceu denúncia, sem propor, previamente, a transação penal em benefício de João.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público agiu corretamente ao não oferecer a transação penal, porquanto o referido instituto despenalizador é aplicável, apenas, na ação penal pública condicionada à representação do ofendido e na ação penal de iniciativa privada;
- (B) o oferecimento de transação penal ao suposto autor do fato é faculdade do Ministério Público, motivo pelo qual não há qualquer nulidade no caso concreto;
- (C) o oferecimento de transação penal pelo Ministério Público é direito subjetivo do suposto autor do fato, motivo pelo qual há nulidade no caso concreto;
- (D) o juiz, na inércia do Ministério Público, poderá oferecer a transação penal em benefício do suposto autor do fato;
- (E) a transação penal poderá ser proposta até o final da instrução processual.

31

Jonas praticou o crime de lesão corporal leve em detrimento de Carlos. Na data designada, autor e vítima compareceram à sede do Juizado Especial Criminal, objetivando a realização de audiência preliminar e a composição civil dos danos.

Registre-se que o crime de lesão corporal leve é perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- (A) a composição dos danos civis será registrada em meio audiovisual e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente;
- (B) não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo;
- (C) não obtida a composição dos danos civis, o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência do direito;
- (D) na presença das partes e de seus advogados, o conciliador esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos;
- (E) a homologação do acordo acarreta a desistência do direito de representação.

32

O Ministério Público denunciou Jônatas pela suposta prática de infração de menor potencial ofensivo.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre a audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar que, havendo o recebimento da denúncia:

- (A) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa. Encerrada a audiência, o juiz concederá o prazo sucessivo de cinco dias para que as partes apresentem alegações finais, findo o qual haverá a prolação de sentença no prazo de dez dias;
- (B) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;
- (C) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais. Encerrada a audiência, o juiz prolatará a sentença no prazo de dez dias;
- (D) serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa. Em seguida, proceder-se-á ao interrogatório do acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença;
- (E) será interrogado o acusado Jônatas, se presente. Em seguida, proceder-se-á à oitiva da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

33

João praticou infração de menor potencial ofensivo em detrimento de Matheus. Após a observância de todas as formalidades legais, houve a composição civil de danos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 sobre despesas processuais, é correto afirmar que:

- (A) não haverá despesas processuais, por se tratar de relação processual sujeita ao Juizado Especial Criminal;
- (B) as despesas processuais serão reduzidas em até 50%, conforme dispuser lei estadual;
- (C) as despesas processuais serão rateadas proporcionalmente por João e Matheus;
- (D) não haverá despesas processuais, em razão da composição civil de danos;
- (E) as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

34

O Ministério Público ofereceu ao acusado Tício a suspensão condicional do processo. O juiz, após receber a denúncia, suspendeu o processo e submeteu o acusado a período de prova, sob determinadas condições.

Nesse cenário, é correto afirmar que o juiz pode submeter Tício, durante o período de prova, à seguinte condição, expressamente prevista na Lei nº 9.099/1995:

- (A) comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, bimestralmente, para informar e justificar suas atividades;
- (B) proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz, por prazo superior a quinze dias;
- (C) reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- (D) proibição de frequentar bares e casas de festa;
- (E) monitoração eletrônica.

35

João, reincidente, é investigado pela suposta prática de infração penal, cujo preceito secundário prevê a pena de detenção, de seis meses a dois anos e multa. No caso concreto incide, ainda, uma causa de aumento de pena, que dá azo à majoração das sanções de um sexto a um terço.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995 e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, a competência para o processo e julgamento do feito:

- (A) é do Juizado Especial Criminal, considerando que os crimes punidos com detenção são caracterizados como infrações penais de menor potencial ofensivo, mesmo que a pena máxima seja superior a dois anos;
- (B) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da causa de aumento de pena, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- (C) não é do Juizado Especial Criminal, considerando que, em razão da incidência da pena de multa cumulativa, não se está diante de infração penal de menor potencial ofensivo;
- (D) é do Juizado Especial Criminal, considerando que o preceito secundário da infração penal prevê uma pena máxima não superior a dois anos, cumulada com multa;
- (E) não é do Juizado Especial Criminal, em razão da reincidência de João.

Direito do Consumidor

36

Será necessária a inversão *ope iudicis* do ônus da prova na demanda que verse sobre:

- (A) falsidade de assinatura de contrato de consumo;
- (B) responsabilidade civil médica em cirurgia plástica estética;
- (C) falha de segurança em shopping center que permite que o consumidor seja roubado em seu interior;
- (D) entrega de móvel com partes faltantes, presente a hipossuficiência ou a verossimilhança das alegações;
- (E) divergência entre o serviço de telefonia móvel contratado e o cobrado posteriormente, presentes a hipossuficiência e a verossimilhança das alegações.

37

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável:

- (A) aos planos de saúde, inclusive os administrados por entidade de autogestão;
- (B) às relações entre participantes e entidades de previdência complementar, abertas e fechadas;
- (C) aos empreendimentos levados a efeito por cooperativas habitacionais;
- (D) em favor de pessoa física vulnerável que, eventualmente, adquire ações de multinacional no mercado financeiro;
- (E) em favor de pessoa jurídica de pequeno porte que contrata empréstimo para incrementar seu capital de giro.

38

Os artigos 39 e 51 do CDC vedam diversas práticas e cláusulas contratuais abusivas no âmbito das relações de consumo.

Cada uma delas viola um dos direitos fundamentais garantidos no Art. 6º da Lei nº 8.078/1990.

A alternativa que correlaciona corretamente uma prática ou cláusula contratual vedada ao direito fundamental violado é:

- (A) venda casada; a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- (B) cláusula de decaimento; o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;
- (C) venda casada às avessas; a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- (D) cláusula de não indenizar; a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;
- (E) compromisso arbitral compulsório; a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas.

39

Tibúrcio contratou plano de saúde na modalidade ambulatorial em 01/06/2021, com a operadora Viver X S/A. No mesmo dia, passou mal e teve que ser internado imediatamente em um hospital, sob o risco de falecer enquanto aguardava.

No entanto, a operadora negou o custeio do tratamento por duas razões: i) ainda vigia prazo de carência para internação hospitalar; e ii) mesmo que assim não fosse, o plano ambulatorial contratado limita a doze horas de cobertura por internação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a limitação do tempo de cobertura da internação em plano de saúde ambulatorial, mas a internação ficará obstada pela validade e eficácia da cláusula de carência no caso concreto;
- (B) ambas as cláusulas são inválidas, tanto a de carência quanto a de limitação do tempo de cobertura da internação hospitalar em plano de saúde ambulatorial;
- (C) ambas as cláusulas são válidas e eficazes no caso concreto, tanto a de carência quanto a de limitação do tempo de cobertura da internação hospitalar em plano de saúde ambulatorial;
- (D) a cláusula de carência é válida, mas não pode ser aplicada no caso concreto diante da urgência, ao passo que a cláusula de limitação do tempo de cobertura da internação hospitalar é válida em plano de saúde ambulatorial;
- (E) a cláusula de carência é inválida, independentemente da situação de urgência, ao passo que a cláusula de limitação do tempo de cobertura em plano de saúde ambulatorial é válida.

40

Juliano e sua esposa estavam navegando na internet, na véspera do dia dos namorados, quando visualizaram oferta de viagem aérea de Salvador a Paris por R\$ 120,00 por passageiro na classe executiva.

Como o sonho do casal sempre foi conhecer a capital francesa, imediatamente compraram a passagem pelo sítio eletrônico. O pagamento foi à vista.

Minutos depois, recebem um telefonema da central de relacionamentos da companhia aérea, pedindo desculpas pelo equívoco e informando que, na verdade, o preço das passagens era R\$ 12.000,00 por pessoa. Assim, para concluir a transação e emitir o bilhete, seria necessário pagar a diferença; caso contrário, a compra seria cancelada sem ônus.

Muito decepcionados, esclareceram que não teriam dinheiro para concluir o negócio e ressalvaram a possibilidade de requerer judicialmente o que fosse de seu direito.

Nesse caso, é correto afirmar que o casal:

- (A) não tem direito à emissão do bilhete sem a integralização da diferença, mas a devolução do valor pago deve se dar na forma dobrada;
- (B) não tem direito à emissão do bilhete sem a integralização da diferença, sendo certo que a devolução do valor pago deve se dar de forma simples;
- (C) tem direito à emissão do bilhete pelo preço anunciado na oferta que, por ser clara e precisa, vincula o fornecedor, mas não a danos morais, por se tratar de mero descumprimento contratual;
- (D) tem direito à emissão do bilhete pelo preço anunciado na oferta que, por ser clara e precisa, vincula o fornecedor, e também a danos morais, presumidos no caso;
- (E) tem direito à emissão do bilhete pelo preço anunciado na oferta que, por ser clara e precisa, vincula o fornecedor, e, com relação aos danos morais, somente a instrução poderá evidenciar se estão presentes, uma vez que não se trata de mero aborrecimento nem de hipótese de danos presumidos.

41

Isabella e seu namorado viajam para Nova Yorque no Réveillon com a companhia aérea AAA.

Sucede que, depois de partirem de Salvador, quando já sobrevoavam o Oceano Atlântico, uma das passageiras passa mal, o que obriga o voo a retornar para Manaus, onde havia o aeroporto mais próximo com vaga para receber o avião.

No entanto, ao pousarem em Manaus, a demora na retomada do voo leva a tripulação a atingir a jornada máxima de trabalho prevista em regulamentos que visam a evitar a fadiga, de modo que não podiam prosseguir a viagem.

Todos desembarcam e são deixados à própria sorte naquela cidade. Três dias depois, a companhia aérea informa, por mensagem, que conseguiu outro avião para levar os passageiros até o destino.

Isabella chega a Nova Yorque três dias depois do programado, e imediatamente descobre que a companhia havia perdido sua bagagem.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de viagem internacional, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica;
- (B) a indenização por danos morais e materiais (decorrentes do extravio da bagagem) deve ser tarifada, na forma das convenções internacionais sobre o tema;
- (C) o prazo prescricional para a demanda, seja em relação aos danos morais ou em relação aos danos materiais (decorrentes do extravio da bagagem), é de cinco anos, tal como previsto no Art. 27 do CDC;
- (D) a indenização por danos morais não se limita ao tarifamento previsto pelas convenções internacionais sobre o tema, ao contrário do que ocorre com a indenização pelos danos materiais (decorrentes do extravio da bagagem);
- (E) na hipótese, não há que se falar em tarifamento de danos morais e materiais (decorrentes do extravio da bagagem), de modo que ambos deverão ser provados e quantificados durante a instrução.

42

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça foi construindo, ao longo do tempo, a figura do fornecedor equiparado que responde solidariamente ao causador do dano por ter integrado a cadeia de consumo.

Ocorre a responsabilidade solidária pela participação na cadeia de consumo no seguinte caso:

- (A) bancos que financiam a aquisição de automóveis quando se identifica, posteriormente, algum vício oculto no bem;
- (B) bancos pela emissão de boleto utilizado em fraude no âmbito de compra online;
- (C) fabricante de veículo pela adulteração do hodômetro realizada pelo primeiro proprietário quando ocorrer alienação a novo interessado;
- (D) bilheteria online de evento cancelado sem a prévia e eficaz informação aos consumidores;
- (E) patrocinadora de evento musical, sem engajamento na organização, pela morte de alguém na plateia.

43

Em determinada comarca do interior, a concessionária de energia local tem adotado uma prática abusiva que afeta todos os consumidores.

Por isso, o promotor local, concomitantemente, propôs ação civil pública com o mesmo objeto. O escopo da ação coletiva proposta é (i) definir se a conduta é realmente abusiva; e (ii) sendo possível, determinar sua imediata cessação.

Everardo ajuíza demanda individual com o mesmo desiderato, sem pedido de danos morais. Intimado a esclarecer se deseja aderir à lide coletiva, responde que não.

Ao elaborar o projeto de sentença, o juiz leigo deverá, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) extinguir o feito, sem resolução do mérito, reconhecendo a ausência de interesse de agir, porque pende ação coletiva sobre o mesmo litígio, cujos efeitos serão extensíveis a Everardo;
- (B) extinguir o feito, sem resolução do mérito, reconhecendo a ilegitimidade ativa de Everardo para postular direito transindividual em nome próprio;
- (C) promover o julgamento do feito, considerando que Everardo já manifestou seu desinteresse em aderir à ação coletiva, mas eventual sentença benéfica que sobrevier naquela sede só o beneficiará se renunciar à execução do título individual em trinta dias contados de intimação específica;
- (D) promover o julgamento do feito, considerando que Everardo já manifestou seu desinteresse em aderir à macrolide, ressalvando que, se o título coletivo for mais benéfico, Everardo poderá preferi-lo, a qualquer tempo;
- (E) ajuizada ação coletiva atinente à macrolide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva, razão pela qual deverá remeter os autos ao juiz togado para as providências necessárias.

44

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, considere-se fortuito interno, inapto a romper o nexo causal no âmbito das relações de consumo:

- (A) arremesso de pedra por terceiro que fere passageiro no interior de composição ferroviária;
- (B) roubo à mão armada em estacionamento gratuito, externo e de livre acesso;
- (C) prática de ato libidinoso de um passageiro contra outro no interior de composição ferroviária;
- (D) roubo à mão armada de carro parado na cancela de entrada de shopping center que disponibiliza estacionamento a seus clientes;
- (E) queda de passageiro no vão entre o trem e a plataforma, em decorrência de mal súbito, mesmo quando não foram adotadas as tecnologias mais modernas para vedar o espaço.

45

Determinado laboratório farmacêutico produzia o remédio CDQQ para diabetes com diversos e graves efeitos colaterais, todos devidamente descritos na bula. No entanto, como era, sem dúvidas, a melhor substância para controlar a glicemia dos pacientes, muitos médicos o recomendavam.

Anos depois de sua inserção no mercado, sobreveio uma outra droga, esta fabricada pelo concorrente, que tinha o mesmo efeito, sem qualquer dos efeitos colaterais antes verificados pela aplicação do CDQQ.

Nesse caso, é correto afirmar que o CDQQ:

- (A) deve ser considerado, desde seu lançamento, um produto com periculosidade inerente e, por isso mesmo, tido por defeituoso, porque não atende à legítima expectativa de segurança dos consumidores;
- (B) era considerado um produto com periculosidade inerente, mas não defeituoso, porque os riscos estavam descritos em bula; no entanto, com o surgimento de um novo produto melhor e que elimina os efeitos colaterais, passou a ser considerado defeituoso;
- (C) deve ser considerado, desde seu lançamento, um produto com periculosidade inerente, mas não defeituoso, porque os riscos estavam descritos em bula; além disso, a introdução, no mercado, de um novo produto melhor e que elimina os efeitos colaterais, não o transforma em defeituoso;
- (D) deve ser considerado, desde seu lançamento, um produto com periculosidade exagerada e, por isso mesmo, tido por defeituoso, porque não atende à legítima expectativa de segurança dos consumidores;
- (E) deve ser considerado, desde seu lançamento, um produto com periculosidade exagerada, mas não defeituoso, porque os riscos estavam descritos em bula; além disso, a introdução, no mercado, de um novo produto melhor e que elimina os efeitos colaterais, não o transforma em defeituoso.

46

Sérgio recebe um telefonema de seu gerente bancário, Almeida, que lhe oferece um empréstimo consignado com condições especiais.

Sérgio aceita a oferta e o gerente lhe remete o contrato por e-mail, que é imediatamente assinado e devolvido também por via eletrônica. Dois dias depois, os valores são depositados em sua conta. Passam-se mais dois dias e Sérgio, pensando melhor, constata que as parcelas ficariam muito pesadas em seu orçamento.

Liga, então, para Almeida, que lhe diz o seguinte: “o contrato te avisava que você não poderia desistir. E você assinou mesmo assim. Além disso, nós já tivemos despesas com a consignação na sua folha de pagamento. E a devolução depois de cinco dias gera juros proporcionais e outras taxas”.

Nesse caso, é correto afirmar que Sérgio:

- (A) está vinculado ao contrato que assinou, sobretudo diante do princípio da boa-fé a impedir a contraditória desistência;
- (B) pode desistir, no caso concreto, mas deverá devolver o dinheiro e reembolsar o banco pelas despesas incorridas, além de pagar juros proporcionais e taxas extras;
- (C) pode desistir, no caso concreto, mas deverá devolver o dinheiro e reembolsar o banco pelas despesas incorridas, sendo certo que os juros proporcionais e as demais taxas não são devidas;
- (D) pode desistir, no caso concreto, mas deverá devolver o dinheiro, sendo certo que as despesas incorridas e os juros proporcionais deverão ser suportados pelo banco;
- (E) pode desistir, no caso concreto, sem que esteja obrigado sequer à devolução do dinheiro recebido, uma vez que a oferta sem solicitação prévia é tida como amostra grátis.

47

Gervásio recebeu, em sua casa, a notificação de um serviço de proteção ao crédito, notificando-lhe que a loja Salvador Daqui havia inserido seu nome em uma plataforma de renegociação das dívidas e gostaria de oferecer-lhe um desconto de 50% no saldo pendente. Avisou, ainda, que tal inserção não se tratava de uma negativação, razão pela qual não ficaria disponível para qualquer outro fornecedor nem apareceria em consulta levada a efeito por outrem que não as partes.

Ocorre que tal débito estava, há muito, prescrito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) embora não se verifique irregularidade na inserção de dívida prescrita em plataforma de renegociação, as comunicações dos serviços de proteção ao crédito devem ser documentadas por aviso de recebimento, sob pena de ensejarem a responsabilidade do serviço de proteção ao crédito;
- (B) nenhuma irregularidade se verifica no caso concreto, considerando que não houve a negativação do consumidor, apenas a inserção em plataforma de renegociação, indisponível a terceiros, sendo certo que a dívida prescrita não deixa de existir e pode, inclusive, ser paga pelo devedor;
- (C) nenhuma irregularidade se verifica, até porque dívidas prescritas podem ser inscritas em cadastros restritivos de crédito; o que se inadmitte é a inscrição que perdure mais de cinco anos desde a inserção, nos termos do CDC;
- (D) Gervásio faz jus a danos morais, *in re ipsa*, pela inserção de dívida prescrita em plataforma de renegociação, haja vista a prescrição, e a demanda deve ser dirigida contra o serviço de proteção ao crédito;
- (E) Gervásio faz jus a danos morais, *in re ipsa*, pela inserção de dívida prescrita em plataforma de renegociação, haja vista a prescrição, e a ação deve ser dirigida contra o próprio credor (não o serviço).

48

Mirela é funcionária pública do Estado da Bahia. Em seu contracheque, tem consignações de empréstimos que comprometem 30% de sua renda. Além disso, tem uma consignação de 5% de sua renda a título de cartão de crédito consignado. Por fim, mais 10% de sua renda ficam comprometidos com empréstimos que são compensados diretamente em conta-corrente.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o valor total das consignações em contracheque está acima da margem legal, mas as retenções em conta-corrente não se submetem a tal limite;
- (B) o valor das consignações em contracheque está dentro da margem legal e as retenções em conta-corrente não se submetem a tal limite;
- (C) o valor das consignações em contracheque está acima da margem legal, até porque as retenções em conta-corrente também se submetem a tal limite;
- (D) o valor das consignações em contracheque, que está dentro da margem legal, só a excede após o cômputo das retenções em conta-corrente que também se submetem a tal limite;
- (E) embora as retenções em conta-corrente não se submetam ao mesmo limite legal, o total dos empréstimos consignados está acima da margem legal, mas pode ser compensado com a margem exclusiva do cartão de crédito consignado, em percentual abaixo do permitido.

49

Uma influenciadora digital recebe R\$ 50.000,00 para promover determinada marca de batom. Versada em marketing, a influenciadora, em vez de dedicar um *post* exclusivo identificando aquela publicidade, menciona casualmente, em uma rede social, que aquele era seu batom favorito e que só tinha conseguido casar porque estava com ele no dia em que conheceu o marido – realmente, naquele dia, usava o cosmético.

Os seguidores, então, começam a perguntar acerca do preço do famigerado batom. A influenciadora, apesar de saber, remete-os ao *call center* da fabricante, que poderia informar preço e forma de pagamento, pelo custo de meros R\$ 0,31 centavos pela ligação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) não se identifica propriamente propaganda porque a publicidade foi contextualizada no dia a dia da influenciadora, de modo que não era necessário identificá-la como tal;
- (B) tem-se propaganda abusiva, impassível de contrapropaganda, reservada às hipóteses de propaganda enganosa;
- (C) tem-se propaganda enganosa, até porque não é possível a exageração comercial das qualidades do produto (*puffery*), como se fosse o responsável pelo casamento da influenciadora;
- (D) a contextualização da propaganda não descaracteriza seu teor publicitário, embora dispense a ostensiva sinalização; por outro lado, a associação com o casamento se insere no contexto da exageração comercial, conhecido como *puffery*, admitido pela legislação;
- (E) tem-se propaganda enganosa, passível de contrapropaganda.

50

Igor comprou uma geladeira da marca FrioMais. Depois de seis meses de uso, um defeito em uma das peças internas eclodiu, fazendo com que o eletrodoméstico parasse de funcionar.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) já se implementou a decadência do direito de reclamar pelo vício do produto, que, em se tratando de bem durável, é de noventa dias, contados do dia em que o produto foi entregue, conforme Art. 26 do CDC;
- (B) não é caso de decadência, mas, em se tratando de fato do serviço, de prescrição quinquenal na forma do Art. 27 do CDC;
- (C) nesse caso, a fabricante dispõe do prazo de trinta dias para providenciar o conserto, findo o qual se abre ao consumidor a escolha entre as seguintes alternativas: (i) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; (ii) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e (iii) o abatimento proporcional do preço;
- (D) nesse caso, Igor poderá exigir imediatamente uma das seguintes providências: (i) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; (ii) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e (iii) o abatimento proporcional do preço;
- (E) nesse caso, embora Igor não precise aguardar trinta dias para tentativa de resolução do problema, só poderá solicitar a imediata substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

Direito Civil

51

Jorge (credor) e Maxwell (devedor), em sessão conciliatória perante os Juizados Especiais Cíveis, discutiam o pagamento de uma dívida de cinco mil reais.

Acordaram em compensar essa dívida com um débito antigo e prescrito de igual valor, do qual Jorge era devedor a Maxwell.

Nesse caso, o acordo é:

- (A) válido e eficaz;
- (B) anulável, porque a prescrição extingue a dívida e impede a compensação postulada;
- (C) anulável, porque equivale à renúncia da prescrição, o que é vedado pelo ordenamento;
- (D) nulo, porque a prescrição extingue a dívida e impede a compensação postulada;
- (E) nulo, porque equivale à renúncia da prescrição, o que é vedado pelo ordenamento.

52

O condomínio do edifício Leylah cobra, em juízo, as cotas condominiais vencidas entre 2017 e 2022 da unidade 202, de propriedade de Juliana.

Como não dispunha de recursos para quitar a dívida, Juliana oferece transferir ao condomínio o próprio imóvel, o que é aceito.

Nesse caso, transferido o imóvel, a obrigação será extinta pela seguinte modalidade de extinção anômala da obrigação:

- (A) confusão;
- (B) dação em pagamento;
- (C) novação;
- (D) consignação em pagamento;
- (E) imputação em pagamento.

53

Léo, com a habilitação vencida, voltava de viagem por uma rodovia estadual quando, na contramão, surge, em alta velocidade, o veículo conduzido por Miguel.

Para evitar a colisão, Léo empreende brusca manobra, mas acaba perdendo o controle do carro, roda e atinge, na outra pista, a motocicleta dirigida por Rafael, que morre imediatamente no local.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) há causalidade adequada entre a manobra empreendida por Léo e a morte de Rafael, de modo que é possível reconhecer o nexa causal;
- (B) é possível afastar o nexa causal entre a manobra empreendida por Léo e a morte de Rafael, com base na teoria do corpo neutro;
- (C) é possível presumir, no caso, a culpa de Léo contra legalidade, na medida em que estava com a carteira de habilitação vencida e acabou avançando na pista contrária, razão pela qual deve responder pelos danos causados;
- (D) embora haja nexa causal entre a manobra empreendida por Léo e a morte de Rafael, o dever de indenizar fica excluído por estar configurada a legítima defesa, ainda que os danos não tenham sido suportados exclusivamente por quem se defendeu;
- (E) há nexa causal entre a manobra empreendida por Léo e a morte de Rafael, o que enseja o dever de reparar, ainda que seja reconhecida a legítima defesa, porque os danos não foram suportados exclusivamente por quem se defendeu.

54

Guilherme, Rafael e David são devedores solidários de Alexandre. No dia do vencimento, Guilherme e Rafael entregam suas cotas-partes para David que, em vez de imediatamente procurar Alexandre para o pagamento, resolve apostar, em um sítio eletrônico, todos os valores, para multiplicá-los. Ocorre que, logo na primeira rodada, perde tudo.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) a dívida e a solidariedade remanescem em face de Guilherme, Rafael e David, sendo certo que os dois primeiros só têm direito indenizatório contra o último;
- (B) a dívida se extinguiu em relação a Guilherme e Rafael pela entrega de suas cotas-partes, considerando que, impossibilitada a prestação por culpa de um dos devedores solidários, pelas perdas e danos, só responde o culpado;
- (C) a dívida subsiste, mas rompeu-se o vínculo da solidariedade, considerando que, impossibilitada a prestação por culpa de um dos devedores solidários, pelas perdas e danos, só responde o culpado;
- (D) a dívida e a solidariedade extinguíram-se em relação a Guilherme, Rafael e David, porque não podem responder pelo caso fortuito;
- (E) a dívida e a solidariedade remanescem em face de Guilherme, Rafael e David, sendo certo que os primeiros devem arcar com os riscos de não terem feito o pagamento diretamente ao credor, de modo que nem direito indenizatório terão em face de David.

55

Célia contratou Clenoá para uma empreitada em sua casa. Como não tinha dinheiro para integralizar o preço cobrado, tomou empréstimo de Ana, sua amiga, que se dispôs a ajudar. Além disso, prometeu a Clenoá o pagamento em dez prestações.

Nesse caso, não havendo disposição contratual expressa, é possível presumir:

- (A) que a restituição do empréstimo deve ocorrer em trinta dias, pelo menos, após notificação específica do mutuário, se prazo maior não for concedido;
- (B) serem devidos juros a Ana, na restituição do empréstimo;
- (C) que as parcelas anteriores estão quitadas se a última se encontrar integralizada;
- (D) a quitação do principal quando já solvidos, sem reservas, eventuais juros do mútuo;
- (E) a obrigação de Clenoá fornecer os materiais para a obra.

56

Simone, representante comercial de uma marca paraense, liga para Rodolfo, proprietário de um shopping center em Salvador para a realização de um contrato. Do contrato, consta a seguinte cláusula:

“A marca será divulgada todos os dias úteis pelo shopping center contratante, ressalvados os dias feriados, inclusive aqueles específicos do local onde for celebrado”.

Rodolfo, em férias no Rio de Janeiro, depois de muito pensar, liga para o escritório de Simone, em Belém, para dizer que aceita os termos.

Nesse caso, à luz da disciplina do Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) o fato de ser feriado na Bahia não dispensará o shopping center de promover a marca representada por Simone;
- (B) nos feriados específicos da Bahia e do Pará, não será necessária a divulgação da marca;
- (C) nos feriados específicos da Bahia e do Rio de Janeiro, de onde Rodolfo ligou para manifestar a aceitação, haverá a dispensa de divulgação;
- (D) o contrato ainda não se considera celebrado, porque falta a assinatura de Rodolfo, que pode ser lançada por meio físico ou digital; uma vez assinado, deverão ser observados os feriados específicos do local onde Rodolfo lançar a assinatura;
- (E) o contrato ainda não se considera celebrado, porque falta a assinatura de Rodolfo, que pode ser lançada por meio físico ou digital; uma vez assinado, deverão ser observados os feriados específicos de Belém.

57

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os danos morais *in re ipsa*:

- (A) prescindem de potencial lesivo, na medida em que a justificativa da indenização está no próprio ato ilícito;
- (B) não se verificam quando as vítimas são pessoas jurídicas ou incapazes;
- (C) justificam, à luz do método bifásico, a majoração do valor indenizatório no segundo momento de sua fixação;
- (D) verificam-se nos casos de acidente de trânsito em que o condutor culpado se evadiu do local;
- (E) verificam-se quando o alimento está contaminado por corpo estranho, ainda que não haja ingestão.

58

Marquinhos alugou seu apartamento para Priscilla que, por sua vez, sublocou-o a Genaro. Ocorre que o vizinho do apartamento inferior promove festas que se arrastam por toda a madrugada, impedindo que Genaro tenha uma única noite de sono.

Nesse caso, pode(m) reclamar judicialmente a limitação das festas ao horário diurno:

- (A) Marquinhos, Priscilla e Genaro;
- (B) Marquinhos e Genaro, apenas;
- (C) Priscilla e Genaro, apenas;
- (D) Marquinhos, apenas;
- (E) Genaro, apenas.

59

Adamastor mantinha seguro de vida há muitos anos com a instituição JKL. No final de sua vigência, decide substituí-lo por outro mais barato.

Todavia, como estava muito atarefado, esquece de comunicar que contratara outra apólice à antiga seguradora que, então, procede à renovação automática. Meses depois, ao notar que estava pagando a ambas, liga para a seguradora JKL para requerer o cancelamento e a devolução dos valores pagos, até porque não sofreu qualquer sinistro durante todo esse tempo. A seguradora se recusa à repetição dos valores.

Nesse caso, a renovação automática e a recusa à devolução das parcelas do prêmio justificam-se em duas características do contrato de seguro.

São elas, respectivamente:

- (A) catividade e comutatividade;
- (B) comutatividade e aleatoriedade;
- (C) comutatividade e onerosidade;
- (D) catividade e aleatoriedade;
- (E) aleatoriedade e onerosidade.

60

Carlos, juiz leigo do Tribunal de Justiça da Bahia, em demanda ajuizada pelo condomínio em face de um dos moradores que perturba o sossego dos demais e não paga as respectivas cotas mensais, elabora projeto de sentença com o seguinte dispositivo:

“Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos para condenar o réu em danos morais de R\$ 5.000,00, (i) corrigidos desde a propositura da demanda, e (ii) juros de mora desde a citação, por se tratar de responsabilidade civil extracontratual. Sem prejuízo, CONDENO o réu, ainda, ao pagamento das cotas condominiais em aberto, (iii) computados juros de mora desde o respectivo vencimento”.

Nesse caso, considerando a disciplina da mora no Código Civil, Carlos acertou:

- (A) apenas no item (i);
- (B) apenas no item (ii);
- (C) apenas no item (iii);
- (D) apenas nos itens (ii) e (iii);
- (E) nos itens (i), (ii) e (iii).

61

Em 2012, Marcelo ajuíza demanda de cobrança por inadimplemento contratual em face de Yolanda. No dia 20/05/2012, a prescrição é interrompida.

Sucedendo que, após a contestação, Marcelo deixa de dar andamento ao feito, o que conduz à sua extinção por abandono, transitando em julgado em 03/06/2013 sem qualquer manifestação das partes.

Anos se passam, até que Marcelo se lembra do processo e, em 01/06/2023, promove a notificação judicial de Yolanda acerca desse mesmo débito.

Nesse caso, é correto afirmar que a pretensão:

- (A) está fulminada pela prescrição desde 20/05/2022;
- (B) prescreverá em 03/06/2023, independentemente da notificação levada a efeito por Marcelo;
- (C) está fulminada pela prescrição desde 20/05/2017;
- (D) está fulminada pela prescrição desde 03/06/2016;
- (E) iria prescrever em 03/06/2023, não fosse a notificação levada a efeito, tempestivamente, por Marcelo.

62

Uma grande empresa contrata plano de saúde coletivo, assumindo todos os custos e comprometendo-se a indicar os nomes de seus empregados como beneficiários da apólice. Nesse caso, o contrato se qualifica como:

- (A) promessa de fato de terceiro;
- (B) estipulação em favor de terceiro;
- (C) preliminar ou pré-contrato;
- (D) policitação;
- (E) com pessoa a declarar.

63

Na audiência de conciliação em um dos juizados especiais do Tribunal de Justiça da Bahia, o advogado do réu apresenta sua contestação com as seguintes preliminares: i) irregularidade da representação processual do autor que, embora tenha outorgado procuração por instrumento público ao dr. Oliveira, este substabeleceu, por instrumento particular, ao dr. Andrade, que ora exerce o patrocínio da causa; e ii) incompetência do juízo, porquanto foi ajuizada no local em que se localiza uma de suas filiais, mas não aquela em que foi adquirido o serviço ora tido por defeituoso, de modo que ali não se poderia considerar apenas com os poderes como seu domicílio.

Por eventualidade, apresentando procuração apenas com os poderes da cláusula *ad judicium* e especiais para transigir, o advogado propõe a instauração de arbitragem.

Nesse caso, é correto afirmar, à luz do Código Civil, que:

- (A) assiste razão ao réu quanto a ambas as preliminares, sendo certo que, se o autor aceitar, poderá ser instaurada a arbitragem;
- (B) não assiste razão ao réu em qualquer das preliminares, mas, se o autor aceitar, poderá ser instaurada a arbitragem;
- (C) assiste razão ao réu apenas quanto à segunda preliminar; de todo modo, não será possível instaurar a arbitragem porque o advogado não tem poderes para tanto;
- (D) assiste razão ao réu apenas quanto à primeira preliminar; de todo modo, não será possível instaurar a arbitragem porque o advogado não tem poderes para tanto;
- (E) assiste razão ao réu quanto a ambas as preliminares; de todo modo, não será possível instaurar a arbitragem porque o advogado não tem poderes para tanto.

64

Em uma sessão conciliatória nos Juizados Especiais Cíveis, Helga admite dever três mil reais a Domitila. Mas traz consigo sua mãe Jorinda, que pede: “D. Domitila, por favor, transfira essa dívida para mim, minha filha está sofrendo muito”.

Nesse caso, propôs-se uma:

- (A) cessão de crédito, em que a anuência do credor é imprescindível;
- (B) cessão de crédito, em que a anuência do devedor é imprescindível;
- (C) assunção de dívida, em que a anuência do credor é imprescindível;
- (D) assunção de dívida, em que a anuência do devedor é imprescindível;
- (E) assunção de dívida, em que a anuência do credor e do devedor é imprescindível.

65

Em demanda de divórcio cumulada com alimentos, o ex-marido propõe à ex-mulher sustentá-la para o resto da vida, abastadamente, desde que ela acrescesse a seu sobrenome a palavra Traíra, a fim de que ficasse para sempre marcada pelo que lhe fizera durante o casamento.

A ex-esposa aceita a proposta, porque estava necessitada financeiramente e também porque consegue negociar a possibilidade de abreviar o sobrenome para evitar sua divulgação.

Nesse caso, é correto afirmar que o acordo:

- (A) deverá ser homologado, considerando que as partes são maiores e capazes, de modo que sua autodeterminação deve ser prestigiada, especialmente quando se mostrar essencial à autossustentação;
- (B) não poderá ser homologado, porque envolve direito da personalidade, irrenunciável; mas, diante do interesse manifestado pela ex-mulher, poderia ser aproveitado pela adoção de um pseudônimo, cujo regime jurídico é mais brando e diferente daquele que rege o nome;
- (C) só poderá ser homologado se as partes conferirem natureza indenizatória aos pagamentos realizados pelo ex-marido, porque ninguém pode ser remunerado pela renúncia a direitos da personalidade, apenas compensado por indenização por danos morais;
- (D) não poderá ser homologado, porque envolve direito da personalidade, irrenunciável; sendo certo que igual raciocínio seria desenvolvido caso envolvesse um pseudônimo, cuja proteção legal é idêntica à dispensada ao nome;
- (E) só poderá ser homologado se as partes conferirem natureza transitória ao acréscimo do sobrenome, porque aí se terá uma limitação parcial e passageira de direito da personalidade.

Direito Processual Civil

66

Sobre os princípios reguladores do processo civil, é correto afirmar que:

- (A) são mandados de otimização e normalmente devem ser ponderados com outros, não sendo previstos de forma expressa no Código de Processo Civil;
- (B) a ampla defesa é um princípio típico de direito material, já que garante ao acusado a chance de provar sua inocência, não apresentando muita relevância no âmbito do processo;
- (C) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo;
- (D) o princípio do devido processo legal não foi previsto expressamente no Código de Processo Civil vigente e por isso não é aplicado em processos que tramitam pelo procedimento comum;
- (E) a duração razoável do processo garante uma solução em tempo adequado a todas as demandas, porém, não se aplica ao cumprimento de sentença.

67

A gratuidade de justiça é um relevante mecanismo de acesso à justiça e à efetivação de garantias constitucionais do processo. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) não é necessária a produção de prova sobre o estado de hipossuficiência se qualquer pessoa pobre declarar essa condição no processo;
- (B) no âmbito da Lei nº 9.099/1995, a gratuidade de justiça não precisa ser concedida, já que todas as fases processuais são gratuitas;
- (C) não é possível a concessão de gratuidade de justiça em grau recursal, já que para análise dessa circunstância se exige a efetivação do contraditório;
- (D) a concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas;
- (E) não cabe agravo de instrumento contra decisão que indefere a concessão de gratuidade de justiça.

68

As regras de competência, no processo civil, estabelecem verdadeira limitação da jurisdição, no sentido que disciplinam qual órgão pode julgar determinada questão.

Nesses termos, é correto afirmar que:

- (A) a verificação de incompetência absoluta do juízo implica, no caso concreto, falta de jurisdição para julgar;
- (B) a competência absoluta atende ao interesse público e por isso não pode ser alterada por escolha das partes, somente por critérios legais de prorrogação de competência;
- (C) não cabe às partes a livre escolha sobre a competência de foro, que deve ser entendida como absoluta;
- (D) a incompetência absoluta deve ser arguida em preliminar de contestação, ao contrário da relativa, que deve ser levantada a partir de exceção de incompetência;
- (E) reconhecida a incompetência, todas as decisões proferidas pelo juízo incompetente terão seus efeitos preservados até que outra seja eventualmente proferida pelo juízo competente.

69

O processo judicial se desenvolve pela prática de atos processuais, sendo que a comunicação deles apresenta especial relevância na legislação e doutrina.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual;
- (B) não se admite, em hipótese alguma, processo válido sem a efetiva citação da parte contrária;
- (C) todas as modalidades de citação são admitidas no âmbito da Lei nº 9.099/1995;
- (D) a citação pode ser feita por correio ou oficial de justiça, mas não se admite a prática do ato pelo escrivão ou chefe de secretaria;
- (E) a citação por hora certa é uma modalidade de citação ficta e pode ser realizada quando houver suspeita de ocultação do citando ou a livre critério do oficial de justiça.

70

A tutela provisória tem regramento próprio no Código de Processo Civil e engloba as tutelas de urgência e evidência.

A respeito do tema, é correto afirmar que:

- (A) para a concessão de qualquer tipo de tutela provisória, exige-se a presença de probabilidade do direito e perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;
- (B) ao contrário da sentença, a cognição para fins de análise e eventual deferimento da tutela provisória é exauriente;
- (C) a tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental;
- (D) na tutela provisória de evidência, o juiz sempre poderá decidir liminarmente;
- (E) não é admissível a tutela provisória no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

71

Imagine o seguinte caso concreto: numa audiência de instrução e julgamento, a testemunha da parte ré, devidamente arrolada e intimada para o ato pelo seu advogado, não comparece. Diante disso, o advogado da autora requer a continuidade do ato para ouvir apenas suas testemunhas, afirmando que o réu agiu de má-fé com o explícito intento de adiar o ato. Em razão dessa acusação, o advogado da ré requereu que constasse em ata a ofensa.

Diante desse cenário, o magistrado deve:

- (A) adiar a audiência se a testemunha da parte ré não compareceu, para que em nova oportunidade sejam colhidas todas as provas orais de forma única;
- (B) adiar a audiência, pois a intimação realizada por advogado não tem validade, já que esse ato é exclusivo de ser realizado por servidores do Poder Judiciário;
- (C) deixar de constar a manifestação do advogado da autora em ata de audiência, pois a fala do advogado não é pertinente para fins de instrução processual;
- (D) realizar a audiência para oitiva das testemunhas da autora, constando em ata todas as ocorrências, inclusive a fala do advogado da ré, e ao fim designar nova audiência para oitiva da testemunha faltante;
- (E) cancelar a audiência em razão da ofensa proferida pelo advogado da autora, para evitar que os ânimos fiquem mais acirrados.

72

Sobre a intervenção de terceiros, é correto afirmar que:

- (A) não se admite intervenção de terceiros em processos de execução ou cumprimento de sentença, sendo instituto típico da fase de conhecimento;
- (B) sempre que a sentença influir na relação jurídica entre assistente e parte principal, trata-se de assistente litisconsorcial e esse será considerado como litisconsorte;
- (C) se um juiz estadual admitir a Anatel como *amicus curiae* em um processo, deverá declinar a competência para a Justiça Federal;
- (D) a denúncia da lide, o chamamento ao processo e a nomeação à autoria são espécies vigentes de intervenção de terceiros;
- (E) o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica pode ser instaurado a pedido da parte, do Ministério Público e pelo próprio magistrado, quando entender pertinente.

73

A prova no sistema processual civil vigente:

- (A) só será aceita no processo se houver expressa previsão legal;
- (B) será apreciada pelo juiz independentemente da parte que requereu sua produção, desde que de forma fundamentada;
- (C) é valorada a partir do sistema da íntima convicção, como regra;
- (D) precisa ser produzida no próprio processo em análise, não se admitindo a prova emprestada;
- (E) é essencial para o julgamento da causa, não sendo possível proferir sentença sem a instauração de fase probatória.

74

A sentença é o ato judicial que encerra o processo, podendo se dar com resolução ou sem resolução do mérito.

Sobre a sentença, é correto afirmar que:

- (A) é um ato com extrema formalidade, sempre formada por relatório, fundamentação e dispositivo;
- (B) quando julga o mérito, necessariamente deve ser líquida e certa;
- (C) é ato exclusivo do juiz, que pode invocar motivos, na fundamentação, que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
- (D) é considerada *citra petita* quando o juiz analisa pedido diverso do requerido pela parte autora na petição inicial;
- (E) quando julga pedido envolvendo prestações sucessivas, deve considerar como pedido o cumprimento dessas também no curso do processo, mesmo que não haja pedido expresso do autor, caso o devedor deixe de pagá-las ou de consigná-las.

75

Em relação aos pronunciamentos do juiz, é correto afirmar que:

- (A) a sentença é ato exclusivo do juiz e contra ela cabe apelação, em todos os procedimentos;
- (B) os incidentes processuais são resolvidos por decisões interlocutórias ou despachos, de forma definitiva;
- (C) os despachos se confundem com atos ordinatórios, podendo, em ambos os casos, serem praticados de ofício pelos servidores assim como pelos juízes;
- (D) não é possível a prolação de sentença ou decisão interlocutória de forma oral;
- (E) no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis não se admite sentença ilíquida, mesmo que o pedido possa ser genérico.

Direito Penal

76

Em um determinado período, durante a evolução da Teoria do Crime, a culpabilidade era integrada por quatro elementos, quais sejam: dolo, culpa, exigibilidade de conduta diversa e imputabilidade.

Nesse cenário, o sistema da teoria do delito e a concepção da culpabilidade ventilados são, respectivamente:

- (A) sistema neoclássico e concepção psicológico-normativa da culpabilidade;
- (B) sistema clássico e concepção psicológico-normativa da culpabilidade;
- (C) sistema finalista e concepção normativa pura da culpabilidade;
- (D) sistema neoclássico e concepção normativa pura da culpabilidade;
- (E) sistema clássico e concepção psicológica da culpabilidade.

77

Inácio caminhava pela rua XYZ, ocasião em que subtraiu, sem violência ou grave ameaça, o telefone celular de Nathália. Na mesma rua, dez minutos após os fatos, Inácio subtraiu a carteira de Amanda, sem violência ou grave ameaça. Em seguida, alguns minutos depois, Inácio, ainda na rua XYZ, subtraiu a bolsa de Joana, sem violência ou grave ameaça.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, Inácio incorrerá no crime de furto:

- (A) por três vezes, em continuidade delitiva, sujeito ao critério da exasperação, adotando-se, no caso concreto, a fração de aumento de um quinto;
- (B) por três vezes, em concurso formal, sujeito ao critério da exasperação, adotando-se, no caso concreto, a fração de aumento de um quarto;
- (C) por três vezes, em concurso material, sujeito ao critério da exasperação, adotando-se, no caso concreto, a fração de aumento de um quarto;
- (D) por três vezes, em concurso material, sujeito ao critério do cúmulo material;
- (E) uma única vez, em razão da identidade de contexto fático.

78

Tício, reincidente, foi condenado, definitivamente, à pena de dois anos de reclusão, sendo certo que as circunstâncias judiciais são favoráveis. No mesmo processo, Jonas, reincidente, foi condenado, definitivamente, à pena de nove anos de detenção, sendo certo que as circunstâncias judiciais são desfavoráveis.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) Tício iniciará o cumprimento de pena em regime aberto, enquanto Jonas cumprirá pena, de início, em regime semiaberto;
- (B) Tício iniciará o cumprimento de pena em regime fechado, enquanto Jonas cumprirá pena, de início, em regime semiaberto;
- (C) Tício iniciará o cumprimento de pena em regime semiaberto, enquanto Jonas cumprirá pena, de início, em regime fechado;
- (D) Tício e Jonas iniciarão o cumprimento de pena em regime semiaberto;
- (E) Tício e Jonas iniciarão o cumprimento de pena em regime fechado.

79

João, com o objetivo precípuo de prejudicar o seu desafeto, comunicou o delegado de polícia que Tício teria estuprado Petônia, muito embora soubesse ser ele inocente. A autoridade policial, tomando ciência dos fatos, deflagrou inquérito policial para fins de apuração.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) comunicação falsa de crime;
- (B) denúncia caluniosa;
- (C) difamação;
- (D) calúnia;
- (E) injúria.

80

João foi capturado, em flagrante, pela suposta prática dos crimes de roubo, extorsão e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, o roubo, a extorsão e o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido são classificados, respectivamente, como crimes:

- (A) material, formal e de mera conduta;
- (B) formal, material e de mera conduta;
- (C) material, material e formal;
- (D) material, formal e formal;
- (E) formal, material e formal.

Direito Processual Penal

81

João foi processado criminalmente pela suposta prática do crime de roubo. Ao fim do processo, após a apresentação de alegações finais pelo Ministério Público e pela defesa técnica, o juiz chega à conclusão de que não há prova suficiente para condenação, motivo pelo qual absolve o acusado.

Nesse cenário, o juiz decidiu ancorado no princípio da:

- (A) presunção de não culpabilidade;
- (B) não autoincriminação;
- (C) busca da verdade;
- (D) ampla defesa;
- (E) verdade real.

82

Tício, senador da República, retornou ao seu Estado de origem durante o recesso parlamentar. Após participar de um evento em sua residência e mesmo estando com a capacidade psicomotora alterada, em razão da ingestão de bebidas alcoólicas, Tício resolve ir embora na condução de um automóvel, vindo a ser parado em uma blitz da lei seca.

Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e as disposições do Código de Processo Penal, Tício será processado e julgado perante o:

- (A) juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da contemporaneidade inerente ao foro por prerrogativa de função;
- (B) juízo de 1ª instância da Justiça Federal, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função;
- (C) juízo de 1ª instância da Justiça Estadual, em razão da ausência do requisito da pertinência temática inerente ao foro por prerrogativa de função;
- (D) Superior Tribunal de Justiça, em razão do foro por prerrogativa de função;
- (E) Supremo Tribunal Federal, em razão do foro por prerrogativa de função.

83

João, suposto autor de fato delituoso, e o Ministério Público assinaram proposta de Acordo de Não Persecução Penal. O juiz, em seguida, recusou homologação ao pactuado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não caberá a interposição de qualquer recurso, devendo a proposta ser encaminhada diretamente ao procurador-geral de Justiça;
- (B) não caberá a interposição de qualquer recurso, devendo o Ministério Público dar prosseguimento ao processo penal;
- (C) caberá a interposição de recurso em sentido estrito;
- (D) caberá a interposição de embargos de nulidade;
- (E) caberá a interposição de recurso de apelação.

84

O juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca XYZ recebeu a denúncia oferecida em face de João, pela suposta prática do crime de roubo. O magistrado determinou, ainda, que o oficial de justiça desse conhecimento da existência do processo ao acusado.

Assim sendo, o oficial de justiça verifica, observando todas as formalidades legais, que o réu se oculta para não tomar ciência dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não caberá a citação por edital, a qual só é admissível quando o acusado não comparece, tampouco constitui advogado;
- (B) não caberá a intimação por hora certa, por ausência de previsão legal no processo penal;
- (C) caberá a intimação por hora certa;
- (D) caberá a citação por hora certa;
- (E) caberá a citação por edital.

85

Tício foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática do crime de tráfico de drogas, circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. No curso da execução da pena, Tício é acometido por grave doença, vindo a falecer. Petrônio, tomando conhecimento da morte de Tício, seu desafeto, vem a público e narra que forjou as provas que deram azo à condenação de Tício.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) será cabível o ajuizamento da revisão criminal, que detém natureza jurídica recursal, por parte de parentes em linha reta até o 4º grau de Tício, perante o juiz prolator da sentença;
- (B) será cabível o ajuizamento da revisão criminal, que detém natureza jurídica de ação, por parte do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de Tício, perante o juiz prolator da sentença;
- (C) será cabível o ajuizamento da revisão criminal, que detém natureza jurídica de ação, por parte do cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de Tício, perante o Tribunal;
- (D) não será cabível o ajuizamento da revisão criminal, considerando que não há prova materialmente nova, mas, apenas, prova formalmente nova;
- (E) não será cabível o ajuizamento da revisão criminal, considerando a morte de Tício, que deu azo à extinção da punibilidade.

Direito Constitucional

86

Ana, estudante, questionou o seu professor de direito constitucional sobre a possibilidade, ou não, de um tratado internacional sobre direitos humanos vir a revogar uma norma constitucional colidente.

O professor respondeu, corretamente, que tratado dessa natureza:

- (A) ao ser incorporado à ordem interna, tem a natureza de lei ordinária, inferior, portanto, à norma constitucional, não podendo revogá-la;
- (B) por integrar o direito internacional público, ao ser incorporado à ordem interna, acarreta a suspensão da eficácia da norma interna divergente, não a sua revogação;
- (C) pode acarretar a revogação de uma norma constitucional se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros;
- (D) acarreta a revogação das normas internas colidentes, constitucionais ou infraconstitucionais, considerando o princípio da prevalência do interesse, de modo que a dignidade humana sempre deve preponderar;
- (E) acarreta a suspensão da eficácia da norma constitucional colidente, se incorporado à ordem interna após manifestação favorável do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.

87

O Estado-membro Alfa, com o objetivo de preservar o meio ambiente, editou a Lei estadual nº X, que passou a exigir que a exploração de determinada atividade industrial em seu território atendesse certas exigências de segurança, de modo a prevenir a ocorrência de danos ambientais.

Apesar da importância da Lei estadual nº X, a sua eficácia passou a ser sistematicamente desautorizada em decisões judiciais, nas quais diversas sociedades empresárias estavam sendo autorizadas a descumprí-la.

Irresignado com esse estado de coisas, o governador de Alfa solicitou que o procurador-geral do Estado analisasse a possibilidade de ser ajuizada uma ação de controle concentrado de constitucionalidade, perante o tribunal nacional competente, para que fosse reconhecida a compatibilidade da Lei estadual nº X com a Constituição da República de 1988.

O procurador-geral do Estado afirmou, corretamente, que:

- (A) a ação a ser ajuizada é a reclamação constitucional;
- (B) a ação a ser ajuizada é a ação declaratória de constitucionalidade;
- (C) a ação a ser ajuizada é a arguição de descumprimento de preceito fundamental;
- (D) a ação a ser ajuizada é a representação de inconstitucionalidade;
- (E) não é cabível o ajuizamento de nenhuma ação para a realização do objetivo almejado pelo chefe do Executivo.

88

A Associação de Moradores Alfa impetrou mandado de segurança preventivo contra ato do secretário municipal de Ordem Pública, que a notificou informando que, com base na Lei municipal nº Y/2023, as associações que não tivessem deferida a licença de criação, pela autoridade municipal, teriam que paralisar suas atividades após o decurso de sessenta dias, situação que permaneceria inalterada até que a licença fosse requerida e deferida.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação à causa de pedir do mandado de segurança, que:

- (A) a licença de criação somente pode ser negada caso o objeto social da associação seja ilícito;
- (B) o deferimento ou o indeferimento da licença pressupõe ato fundamentado, por força do princípio da publicidade;
- (C) a Lei municipal nº Y/2023 e a notificação destoam dos direitos e deveres individuais e coletivos de estatura constitucional;
- (D) as atividades das associações, quer em relação à sua criação, quer em relação à sua dissolução, são insuscetíveis de intervenção estatal;
- (E) o deferimento ou o indeferimento da licença é ato discricionário, sujeito à conveniência e oportunidade da autoridade competente.

89

Após um sangrento combate com as Forças Armadas do País Alfa, o grupo armado “Viver ou Morrer” logrou êxito em tomar o poder. Como o seu objetivo era o de permanecer à frente das instituições estatais, solicitou que um grupo de juristas elaborasse um texto constitucional que simplesmente legitimasse os objetivos do grupo armado. Feito isso, o texto foi publicado pelo Decreto nº X como sendo a Constituição do País Alfa.

Considerando a classificação dos textos constitucionais, é correto afirmar que a narrativa descreve uma Constituição:

- (A) nominal;
- (B) cesarista;
- (C) normativa;
- (D) semântica;
- (E) monárquica.

90

O presidente da República editou a Medida Provisória nº X, alterando os conceitos de contribuinte aplicáveis a diversos impostos. Irresignada com a alteração, a sociedade empresária Alfa, que passaria a figurar como contribuinte de direito de certo imposto, consultou a sua assessoria jurídica a respeito da compatibilidade do referido diploma normativo com a Constituição da República de 1988.

Foi corretamente respondido que a Medida Provisória nº X é:

- (A) inconstitucional, considerando que a matéria é reservada à lei complementar;
- (B) constitucional, desde que presentes os requisitos da urgência e da necessidade;
- (C) inconstitucional, considerando que a medida provisória não pode versar sobre impostos;
- (D) inconstitucional, considerando que a medida provisória não pode versar sobre qualquer tributo;
- (E) constitucional, desde que presentes os requisitos da urgência e da necessidade, além de observado o princípio da anterioridade tributária, em todas as suas formas.

Direito Administrativo

91

A Administração Pública editou ato administrativo, em benefício do restaurante Feijão Aguado, autorizando o uso privativo de calçada pública, justamente para a entidade colocar mesas em frente ao estabelecimento comercial, na via pública. Nada obstante, é criada, posteriormente, uma nova legislação, proibindo o uso privativo de calçadas públicas por particulares.

Nesse cenário, o ato administrativo será extinto em razão da:

- (A) encampação;
- (B) caducidade;
- (C) anulação;
- (D) cassação;
- (E) rescisão.

92

A sociedade empresária XYZ atua no ramo da extração de matéria-prima, dispondo de, aproximadamente, dois mil colaboradores diretos e indiretos. Na primeira fiscalização realizada pela Administração Pública, verificando a ocorrência de danos ao meio ambiente, em razão da atividade empresarial, determinou-se a interdição de todos os estabelecimentos comerciais da entidade.

Nesse cenário, a atuação da Administração Pública é contrária ao princípio da:

- (A) razoabilidade, em razão do subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito;
- (B) juridicidade, em razão da necessidade de manifestação do Poder Judiciário;
- (C) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da idoneidade;
- (D) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da adequação;
- (E) proporcionalidade, em especial ao subprincípio da exigibilidade.

93

João, até então advogado, torna-se desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, após a observância de todas as formalidades constitucionais e legais inerentes ao mecanismo do quinto constitucional (1/5 dos lugares dos Tribunais será composto por membros oriundos do Ministério Público e de advogados).

Nesse cenário, é correto afirmar que João fará jus à:

- (A) vitaliciedade, automaticamente, a partir da investidura no cargo;
- (B) estabilidade, automaticamente, a partir da investidura no cargo;
- (C) vitaliciedade, após o estágio de vitaliciamento de dois anos;
- (D) estabilidade, após o estágio probatório de três anos;
- (E) vitaliciedade, após o estágio probatório de três anos.

94

João, particular, sofreu danos materiais provenientes de conduta comissiva perpetrada por Jonas, empregado público da sociedade de economia mista XYZ, que atua na exploração de atividade econômica de produção de bens, a serem alienados, exclusivamente, para conglomerados internacionais.

Registre-se que Jonas, no momento dos eventos, estava trabalhando em benefício da entidade integrante da Administração indireta.

Nesse cenário, é correto afirmar que a responsabilidade civil:

- (A) de natureza subjetiva é imputável, apenas, ao empregado Jonas, mas não à sociedade de economia mista XYZ;
- (B) de natureza objetiva é imputável, apenas, à sociedade de economia mista XYZ, mas não ao empregado Jonas;
- (C) da sociedade de economia mista XYZ é objetiva, à luz da teoria do risco administrativo;
- (D) da sociedade de economia mista XYZ é objetiva, à luz da teoria do risco integral;
- (E) da sociedade de economia mista XYZ é subjetiva.

95

O Ministério Público ingressou com Ação de Improbidade Administrativa em face de João, agente público, ao argumento de que este causou prejuízo ao erário. O órgão ministerial postulou, ainda, a decretação da indisponibilidade dos bens de João, para garantir o ressarcimento ao erário e o pagamento de multa civil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, o juiz poderá decretar a indisponibilidade, que recairá:

- (A) apenas sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, comprovando-se, somente, a plausibilidade do direito, pois há presunção relativa de perigo na demora;
- (B) apenas sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, comprovando-se a plausibilidade do direito e o perigo na demora;
- (C) sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e o pagamento de multa civil, comprovando-se, apenas, a plausibilidade do direito, pois há presunção absoluta de perigo na demora;
- (D) sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e o pagamento de multa civil, comprovando-se, apenas, a plausibilidade do direito, pois há presunção relativa de perigo na demora;
- (E) sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e o pagamento de multa civil, comprovando-se a plausibilidade do direito e o perigo na demora.

Ética

96

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, que contava com uma destacada Escola da Magistratura, instituiu um programa de maximização da eficiência no âmbito dos Juizados Especiais, de modo que os juízes leigos seriam recrutados conforme indicações dos professores do referido órgão de ensino e seriam alcançados por uma política remuneratória bem atrativa no período em que permanecessem no exercício da função.

Considerando os balizamentos oferecidos pela Resolução CNJ nº 174/2013, é correto afirmar que o programa:

- (A) está em total harmonia com tais balizamentos;
- (B) destoa de tais balizamentos apenas ao incursionar nos critérios de eficiência a serem observados nos Juizados Especiais;
- (C) destoa de tais balizamentos ao dispor sobre temática integralmente disciplinada pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (D) destoa de tais balizamentos apenas ao permitir o recrutamento de juízes leigos sem a realização de processo seletivo público;
- (E) destoa de tais balizamentos apenas ao permitir a remuneração de juízes leigos, considerando a forma de recrutamento estabelecida.

97

Joana passou a exercer a função de juíza leiga após ser admitida pelo Tribunal de Justiça do Estado Beta. Preocupada com a continuidade desse vínculo, procurou se inteirar da forma como poderia ser afastada de suas funções.

Após consultar os balizamentos oferecidos pela Resolução CNJ nº 174/2013, concluiu, corretamente, que o referido afastamento:

- (A) somente pode ocorrer a pedido;
- (B) pode ocorrer a juízo exclusivo da autoridade competente;
- (C) exige a condenação em processo administrativo disciplinar ou em processo criminal;
- (D) sempre exige processo administrativo, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (E) exige decisão fundamentada do presidente do Tribunal de Justiça a partir de representação do juízo competente.

98

João, juiz leigo, é um profissional muito qualificado, objetivo e centrado em suas decisões. Com o fim de não criar falsas expectativas nas partes envolvidas na lide, tinha por hábito informar aos advogados que o procuravam o entendimento que tinha a respeito da respectiva matéria e a forma como iria se posicionar em relação à lide no momento oportuno.

Considerando os balizamentos oferecidos pela Resolução CNJ nº 174/2013 (Código de Ética), é correto afirmar que o *modus operandi* de João é considerado:

- (A) irregular, pois lhe é vedado atuar dessa maneira;
- (B) regular, considerando o princípio processual da não surpresa;
- (C) irregular, caso aja dessa maneira em momento anterior à colheita de provas;
- (D) regular, considerando o dever de o juiz leigo agir com lealdade em relação às partes;
- (E) regular, desde que a sua manifestação decorra de questionamento expresso das partes.

99

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado Delta, em reunião do Tribunal Pleno, anunciou que um dos seus projetos era aprimorar o *compliance* no âmbito dessa estrutura de poder.

À luz da sistemática estabelecida na Resolução CNJ nº 410/2021, é correto afirmar que a medida abrange:

- (A) um processo permanente de gestão de riscos;
- (B) o fornecimento de segurança aos membros e servidores do Poder Judiciário para o exercício de suas funções;
- (C) a compreensão das necessidades sociais, visando a ajustar os provimentos jurisdicionais aos seus balizamentos;
- (D) os mecanismos de controle interno para prevenir e detectar ilícitos praticados por membros ou servidores do Judiciário;
- (E) o controle de acesso às dependências do Poder Judiciário, observada a intimidade de cada pessoa, sem discriminações.

100

Ana, servidora recém-empossada no Tribunal de Justiça do Estado Sigma, foi lotada em um Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Ao questionar Inês, sua colega, a respeito da composição e das atribuições dessa estrutura orgânica, foi corretamente esclarecido a Ana que o Núcleo é coordenado por:

- (A) juiz leigo, e composto por servidores da ativa, tendo, entre suas atribuições, a de incentivar e promover a capacitação na área de solução consensual;
- (B) servidor do Tribunal, podendo contar com servidores, tendo, entre as suas atribuições, a de resolver consensualmente os conflitos que lhe sejam apresentados;
- (C) magistrado, podendo contar com magistrados aposentados e servidores, tendo, entre as suas atribuições, a de criar e manter cadastro de mediadores e conciliadores;
- (D) magistrado, podendo contar apenas com servidores e juízes leigos, tendo, entre as suas atribuições, a de planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas;
- (E) juiz leigo, podendo contar com servidores, juízes leigos, mediadores e conciliadores, tendo, entre as suas atribuições, a de implementar a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

